

Título	Energia e as escolhas do consumidor
Veículo	Canal Energia
Data	11 Jun 2008
Autor	Claudio J. D. Sales

O equacionamento dos custos e benefícios da qualidade no fornecimento de energia, para empresas e consumidores, depende antes de tudo da qualidade da regulação sobre o tema

Devido às características físicas de implantação das redes de distribuição de eletricidade, é sempre mais barato atender a um novo consumidor através de uma única empresa fornecedora de energia. Chama-se este arranjo de “monopólio natural”. Como o consumidor não pode escolher qual distribuidora lhe atenderá, existe um órgão regulador que, entre outras funções, tem a responsabilidade de definir um valor justo para as tarifas e um padrão de qualidade dos serviços de eletricidade.

No Brasil, estes objetivos não têm sido alcançados por falta de transparência na formação das tarifas e pela ausência de instrumentos para avaliar os custos e benefícios do aprimoramento da qualidade dos serviços sob a ótica dos consumidores.

A qualidade na distribuição de energia elétrica pode ser expressa, de forma simplificada, pela quantidade e duração das interrupções de fornecimento e por um conjunto de requisitos mais técnicos como frequência, voltagem etc.

Portanto, é intuitivo concluir que quanto maior a qualidade requerida, maiores os investimentos e custos com o reforço e a manutenção das instalações e, conseqüentemente, maiores as tarifas cobradas dos consumidores. No extremo, se as instalações forem duplicadas, possibilitando um caminho alternativo para o fornecimento de energia, a probabilidade de ocorrer uma falha seria muito baixa, mas os custos atrelados a este alto nível de qualidade seriam o dobro dos custos de uma instalação simples.

O resultado é que para definir o nível de qualidade adequada, que satisfaça a sociedade, é preciso equacionar o impacto tarifário dos investimentos em qualidade e determinar quanto os diferentes grupos de consumidores estão dispostos a pagar por uma maior qualidade.

A atual regulação sobre o tema, por não observar estes princípios, tem apresentado distorções que prejudicam tanto os consumidores quanto as empresas distribuidoras de eletricidade. Do lado dos consumidores, o problema está no fato de o nível de serviço ser definido pelo regulador, em seu gabinete, sem uma prévia identificação das reais necessidades de consumidores de cada área de concessão. Soma-se a isso a falta de transparência. A população desconhece a forma pela qual a tarifa é estabelecida e, conseqüentemente, não consegue identificar o impacto tarifário que os ganhos de qualidade implicam.

Do ponto de vista das empresas, o problema está no estabelecimento de metas sem uma contrapartida na tarifa para cobrir os custos operacionais e os investimentos necessários para alcançá-las. Essa medida compromete o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e os incentivos para investimentos contínuos no aprimoramento das instalações.

O estudo “Tarifas e Qualidade na Distribuição de Energia Elétrica”, disponível em www.acendebrasil.com.br, “Regulação e Políticas Tarifária”, Caderno # 4, propõe que as metas de qualidade sejam estabelecidas a partir da escolha dos consumidores sobre até que ponto vale pagar pela segurança no fornecimento de energia. Para isso, podem ser aplicados métodos estatísticos de pesquisa de opinião (nos quais os consumidores são diretamente consultados) ou métodos de estimação, que buscam avaliar indiretamente, através de modelos matemáticos e premissas teóricas, as conseqüências econômicas da interrupção do fornecimento de energia para os diferentes consumidores.

É urgente que o regulador assuma o compromisso de abordar esta questão de forma transparente e objetiva. O equacionamento dos custos e benefícios da qualidade no

fornecimento de energia, para empresas e consumidores, depende antes de tudo da qualidade da regulação sobre o tema.

Num país onde a inclusão social avança, acompanhada do aumento do índice de universalização e consumo de energia, uma camada crescente da população precisa ser considerada nas decisões regulatórias. Portanto, torna-se essencial compatibilizar metas de qualidade com a capacidade de pagamento dos consumidores, principalmente nas regiões de menor renda.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil, entidade que promove a transparência e a sustentabilidade no setor elétrico brasileiro